

Hedgepoint»

GLOBAL MARKETS

Demonstrações contábeis

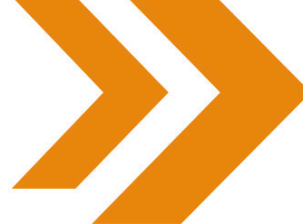
Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis em

30 de junho de 2026.



Índice

	Página
Carta de apresentação	3
Relatório da administração	4
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	5
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026	13



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Campinas, 28 de agosto de 2026.

AO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Prezados Senhores:

A **Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("HPGM DTVM")**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.470.647/0001-61, neste ato representada na forma de seu contrato social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o balanço data base de 30 de junho de 2026, e os esclarecimentos requeridos por força da Instrução Normativa 236, de 17 de fevereiro de 2022 do Banco Central do Brasil.

1 – Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da administração;
- Relatório do auditor independente;
- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado;
- Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto;
- Notas explicativas às demonstrações contábeis.

2 – Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas serão disponibilizadas no dia 28 de agosto de 2026, no sítio eletrônico:

<https://hedgepointglobal.com/pt-br/quem-somos/>

3 – Por fim cumpre salientar que a alta administração da "**HPGM DTVM**" é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

PATRICIA VILLAS
BOAS
AMARO:18083984833
Digitally signed by PATRICIA
VILLAS BOAS
AMARO:18083984833
Date: 2026.08.28 19:58:32
-03'00'

PATRICIA AMARO

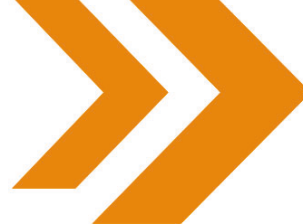
Diretora Financeira

KATIA
NAKASHIMA:36305
841870

Digitally signed by KATIA
NAKASHIMA:36305841870
Date: 2026.08.28 19:38:36
-03'00'

KATIA NAKASHIMA

Contadora CRC – ISP 301654/O-0



Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis da **Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("HPGM DTVM")** do semestre findo em 30 de junho de 2026, acrescidas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

No 1º semestre de 2026, a **HPGM DTVM** apresentou um lucro de R\$ 1.049 mil.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.granthornton.com.br

Aos Sócios-Quotistas e Administradores da

Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11, que descreve que a receita oriunda da prestação de serviços auferida pela Instituição com partes relacionadas no montante de R\$ 24.601 mil, representa 100% da sua receita de prestação de serviços. Essa característica representa um fator relevante na avaliação da independência econômica da Instituição, bem como na análise da exposição a riscos decorrentes da dependência comercial. As condições dessas transações foram objeto de revisão quanto à conformidade com as práticas de mercado e à aderência às normas contábeis aplicáveis, especialmente no que tange à divulgação adequada nas demonstrações contábeis. Nossa opinião não está modificada em decorrência desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

		1º Semestre	Exercício
	Notas	2026	2025
Ativo Circulante		37.078	38.774
Disponibilidades	4.a	1.164	1.741
Instrumentos financeiros	4.b	33.589	35.161
Ativos fiscais correntes	5	1.520	951
Outros ativos	6	805	921
Ativo Realizável a Longo Prazo		9.584	10.538
Ativos fiscais diferidos	5	7.434	8.384
Imobilizado de uso	7	6.293	6.232
Intangível	7	829	829
(-) Depreciações e amortizações acumuladas		(4.972)	(4.907)
Imobilizado de uso		(4.446)	(4.109)
Intangível		(526)	(798)
Total dos ativos		46.662	49.312
Passivos		12.795	16.484
Obrigações fiscais correntes	8.a	962	1.807
Outros passivos	8.b	11.833	14.677
Patrimônio Líquido		33.867	32.828
Capital social de domiciliados no país	9.a	30.500	30.500
Reservas Legal	9.b	116	116
Reservas de lucros	9.b	2.211	2.374
Outros resultados abrangentes		(9)	1
Ajustes de avaliação patrimonial		(9)	1
Lucros ou prejuízos acumulados		1.049	(163)
Total dos passivos e patrimônio líquido		46.662	49.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	Notas	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
Receita de intermediação financeira		2.221	2.460
<i>Rendas com títulos e valores mobiliários</i>		2.221	2.460
Rendas de títulos de renda fixa	10	2.221	2.460
Resultado bruto de intermediação financeira		2.221	2.460
Outras receitas/(despesas) operacionais		(215)	2.844
Rendas de prestação de serviços	11	24.601	28.120
Despesas de pessoal	12	(16.903)	(14.919)
Outras despesas administrativas	13	(6.535)	(8.936)
Despesas tributárias	14	(1.367)	(1.539)
Outras receitas/(despesas) operacionais	15	(11)	118
Resultado Operacional		2.006	5.304
Resultado Não Recorrente		-	-
Resultado antes da tributação		2.006	5.304
Imposto de renda e contribuição social	17	(957)	(1.992)
Provisão para imposto de renda e contribuição Social		-	-
Ativo fiscal diferido		(957)	(1.992)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		1.049	3.312
Número de Quotas		30.500	30.500
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre por Quotas (R\$ mil)		0.03	0.11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	1º Semestre	1º Semestre
	2026	2025
Lucro líquido do semestre	1.049	3.312
Outros resultados abrangentes	(10)	10
Ajuste a valor de mercado de títulos	(10)	10
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	1.039	3.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros		Prejuízos Acumulados	Ajustes Avaliação Patrimonial	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldo em 31/12/2024	9	30.500	77	2.413	-	(11)	32.979
Lucro do Semestre		-	-	-	3.312	-	3.312
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	10	10
Saldo em 30/06/2025	9	30.500	77	2.413	3.312	(1)	36.301
MUTAÇÕES NO SEMESTRE		-	-	-	3.312	10	3.322

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros		Prejuízos Acumulados	Ajustes Avaliação Patrimonial	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldo em 31/12/2025	9	30.500	116	2.374	(163)	1	32.828
Lucro do Semestre		-	-	-	1.049	-	1.049
Destinação do Lucro/Prejuízo		-	-	(163)	163	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(10)	(10)
Saldo em 30/06/2026	9	30.500	116	2.211	1.049	(9)	33.867
MUTAÇÕES NO SEMESTRE		-	-	(163)	1.212	(10)	1.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
Caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do semestre	1.049	3.312
<i>Ajustes ao lucro líquido do semestre:</i>		
Ajustes para depreciação	625	660
Imposto diferido	957	(1.992)
Participação nos lucros	4.830	(2.332)
Lucro Líquido do Semestre Ajustado	7.461	(352)
<i>Variações patrimoniais em:</i>		
Instrumentos financeiros	1.571	21.429
Ativos fiscais correntes e diferidos	382	2.823
Outros ativos	116	(6.817)
Obrigações fiscais correntes	(1.802)	(2.693)
Outros passivos	(7.674)	(15.292)
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	54	(902)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(631)	(673)
Títulos e valores mobiliários carteira disponível para venda	(10)	10
Aquisição de imobilizado	(61)	(123)
Aquisição de bens Intangíveis	(560)	(560)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(577)	(1.575)
Caixa e equivalentes no início do semestre	1.741	1.897
Caixa e equivalentes no final do semestre	1.164	322
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(577)	(1.575)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



1. CONTEXTO OPERACIONAL

Desde 1º de abril de 2020, quando foi publicado em Diário Oficial a aprovação de funcionamento da Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. “**HPGM DTVM**”, com sede na Avenida José de Souza Campos, 507, 9º Andar, Cambuí, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep. 13025-320, a entidade continua tendo importante papel dentro do grupo Hedgepoint, suportando estrategicamente e prestando serviços de intermediação de operações financeiras.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional. Assim como as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram homologadas pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis a HPGM DTVM está atendendo aos requerimentos da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de passivos e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações contábeis da HPGM DTVM foram apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera, expressa em Reais, moeda funcional da HPGM DTVM. A taxa utilizada para conversão em moeda estrangeira é a taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço para operações à vista divulgada pelo BACEN. As demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho 2026 foram aprovadas pela Administração na data de **28 de agosto de 2026**.



3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Instrumentos financeiros:

Os Instrumentos financeiros são classificados com base na avaliação do modelo de negócio para cada ativo financeiro bem como as características contratuais dos fluxos de caixa avaliadas por meio do teste de pagamento somente de principal e juros (Teste SPPJ).

Para fins de avaliação do modelo de negócio, a HPGM DTVM considera, entre outros fatores, a forma como os ativos financeiros são geridos para geração de resultados, como o desempenho é avaliado e reportado à Administração, bem como a frequência e a motivação de eventuais alienações.

A HPGM DTVM avalia se os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, em datas especificadas. Os juros representam contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito do emissor e por outros riscos básicos da operação, bem como uma margem compatível com esses riscos.

Os ativos financeiros que não atendem ao critério do teste SPPJ são classificados, obrigatoriamente, ao valor justo por meio do resultado.

I. Categorias de mensuração dos ativos financeiros

Com base nos critérios acima, os ativos financeiros da HPGM DTVM são classificados nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado:** São aqueles geridos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter os ativos financeiros para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, desde que atendam ao teste SPPJ. Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Compreendem os ativos financeiros geridos em modelo de negócio cujo objetivo é tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto a venda dos ativos financeiros, desde que atendam ao teste SPPJ. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados ao valor justo, sendo as variações reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, líquidas dos efeitos tributários, até a baixa do ativo.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que não atendem ao critério do teste SPPJ. Esses ativos são mensurados ao valor justo, com os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado do período.



A HPGM DTVM não exerce, no reconhecimento inicial, a opção irrevogável de designar ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a HPGM DTVM se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro, pelo **valor justo**, acrescido ou deduzido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros depende da categoria de classificação atribuída no reconhecimento inicial, conforme descrito acima.

Baixa de ativos e passivos financeiros

A baixa de ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando a HPGM DTVM transfere substancialmente os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo financeiro. Passivos financeiros são baixados quando a obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira.

Hierarquia do valor justo

Para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, a HPGM DTVM utiliza a seguinte hierarquia de valor justo:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação que utilizam dados observáveis de mercado; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação que utilizam premissas não observáveis.

Provisão para perdas esperadas

A HPGM DTVM avalia a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas sobre seus ativos financeiros, em conformidade com o CPC 48 e Resolução CMN nº 4.966/21.

A mensuração das perdas esperadas considera informações históricas, condições atuais e expectativas razoáveis e suportáveis de eventos econômicos futuros que possam impactar a capacidade de pagamento das contrapartes.

As operações devem ser classificadas em estágios, conforme previsto na regulamentação aplicável:

- **Estágio 1:** operações em curso normal – quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos.
- **Estágio 2:** operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento ou com o aumento de risco baseado na comparação da Probabilidade de Inadimplência inicial e a corrente.
- **Estágio 3:** operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático (com problema de recuperação de crédito), conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito.



b. Apuração do resultado:

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

c. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários e relações interfinanceiras – centralização financeira, classificadas como de curto prazo e alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d. Estimativa contábeis:

Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação do valor de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para sua determinação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

e. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

f. Títulos e valores mobiliários (TVM):

Em 30 de junho de 2026, a HPGM DTVM possuía posições em Títulos Públicos Federais do Tesouro Nacional, cuja liquidez é diária e classificados como Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes que não se enquadram como negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários. Os valores estão ajustados ao valor de mercado em atendimento ao art. 2º da Circular nº 3.068/01. Em 30 de junho de 2026, a HPGM DTVM não possuía posições em derivativos.

g. Imobilizado e intangível:

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistemas de processamentos de dados e 10% a.a. para os demais itens. As benfeitorias em imóveis de terceiros são compostas por gastos com as construções e instalações que se incorporaram ao imóvel arrendado e se reverterão ao proprietário ao final da locação, sendo amortizado pelo prazo do contrato de locação. Os ativos intangíveis são compostos por ativos intangíveis como licenças e *softwares*.



h. Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:

A provisão para o imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) do ano corrente, quando aplicável, é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano.

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras, incluindo as Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), é de 15%, conforme previsto na Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

Os Ativos fiscais diferidos, referem-se aos ajustes temporários às bases de IRPJ e CSLL, e saldo de prejuízo fiscal e base negativa, sendo registrados na rubrica “ativos fiscais correntes e diferidos” e são utilizados para refletir os efeitos fiscais futuros.

O crédito tributário foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% para IRPJ e 15% para CSLL.

i. Impostos Indiretos:

A HPGM DTVM está sujeita as contribuições federais ao PIS/PASEP e Cofins pelo regime cumulativo, e por se tratar de uma instituição regulada pelo Banco Central do Brasil, tem alíquotas diferenciadas sendo, 0.65% e 4% respectivamente.

Está sujeita também ao imposto sobre serviços no município de Campinas, onde está localizada sua sede. Alíquota vigente para os serviços financeiros é de 5%.

j. Reforma Tributária:

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que institui o IBS, a CBS e o IS e estabelece as normas gerais aplicáveis ao novo sistema tributário. Posteriormente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe sobre a governança e a operacionalização do IBS, incluindo a instituição do Comitê Gestor do IBS, bem como regras relacionadas à administração, arrecadação, distribuição das receitas e ao processo administrativo tributário do imposto.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com início da fase de testes em 2026, substituição do PIS e da Cofins pela CBS a partir de 2027, transição do ICMS e do ISS para o IBS entre 2029 e 2032, e entrada em vigor integral do novo modelo a partir de 2033.

A HPGM DTVM acompanha a evolução da regulamentação e dos atos complementares necessários à plena implementação da reforma tributária. Até a data destas demonstrações contábeis, a regulamentação aplicável ao regime específico de serviços financeiros ainda não permite mensurar de forma precisa os impactos contábeis, fiscais e operacionais decorrentes da reforma.



A Administração não identificou, até o momento, indícios de impactos relevantes sobre as posições patrimoniais e de resultado refletidas nestas demonstrações contábeis.

k. Redução ao valor recuperável de ativos:

O imobilizado, os ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l. Provisões para despesas e encargos trabalhistas:

As provisões para despesas e encargos trabalhistas conhecidos e/ou passíveis de apuração são contabilizadas de acordo com a Resolução BCB nº 59/2020, do BCB.

m. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

As provisões são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis ou obrigação legal, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

n. Resultado por quota:

O resultado por quota é apresentado nas demonstrações contábeis com o objetivo de demonstrar o valor que o lucro/prejuízo líquido representa em relação ao capital por eles investidos. O cálculo do valor é feito através da divisão do resultado líquido do período pelo capital integralizado.



o. Resultados não recorrentes:

A HPGM DTVM entende que toda transação que auferir receitas oriundas de suas atividades operacionais e que são recorrentes no dia-a-dia, bem como as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultados recorrentes. Resultado não recorrente, na avaliação da Administração, são aqueles atípicos, que não fazem parte da operação ou que não são comuns nas atividades organizacionais.

São considerados resultados não recorrentes:

- Receitas e despesas não operacionais, que abrangem vendas ou perdas dos bens do imobilizado ou intangível;
- Venda ou compra de carteira de crédito, ação essa que até o momento não ocorreu na Instituição;
- Venda ou compra de ações em bolsas de valores, transação esta que até o momento não ocorreu na Instituição;

p. Eventos subsequentes:

A HPGM DTVM entende que todo acontecimento que teve impacto significativo nas finanças da empresa e que ocorreu entre a data do balanço patrimonial e a data da emissão dessas demonstrações contábeis deve ser divulgado.

4. ATIVO CIRCULANTE

a. Caixa e equivalente de caixa:

Disponibilidades	2026	2025
Bancos – Conta movimentação	1.164	1.741
TOTAL	1.164	1.741

b. Instrumentos financeiros:

Títulos e valores mobiliários. Classificação e composição da carteira:

Títulos	Vencimento	Categoria	Custo Amortizado		Valor de mercado	
			2026	2025	2026	2025
LFT 210100	1/9/2026	Títulos VJORA	23.404	35.161	23.404	35.161
		<i>Quantidade</i>	1.211	1.944	1.211	1.944
LFT 210100	1/9/2029	Títulos VJORA	10.185	-	10.185	-
		<i>Quantidade</i>	528	-	528	-
		Total	33.589	35.161	33.589	35.161
		<i>Quantidade</i>	1.739	1.944	1.739	1.944



Títulos VJORA - os quais são registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado, e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido; tais títulos são utilizados em sua maioria na gestão do caixa da HPGM DTVM. Os ganhos e perdas dos títulos VJORA, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2026, a HPGM DTVM não possuía títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras ou quaisquer outros ativos financeiros vinculados ou oferecidos em garantia de operações próprias ou de terceiros.

c. Análise de Sensibilidade:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e com a Resolução BCB nº 352/2023, a HP DTVM realizou análise de sensibilidade com o objetivo de avaliar os potenciais impactos decorrentes de variações razoavelmente possíveis nos principais fatores de risco de mercado sobre os valores contábeis de seus ativos e passivos financeiros.

A análise de sensibilidade considera cenários hipotéticos de deterioração nos fatores de risco relevantes, principalmente variações nas taxas de juros, levando em consideração o modelo de negócios da Instituição, a composição de sua carteira e as práticas de gerenciamento de riscos adotadas.

Considerando que a HP DTVM mantém, predominantemente, ativos financeiros de elevada liquidez e baixo risco, a Administração concluiu que eventuais variações adversas nos fatores de risco analisados não acarretariam impactos materiais sobre o resultado do período ou sobre o patrimônio líquido, na data-base das demonstrações contábeis.

A tabela abaixo apresenta, de forma ilustrativa, a análise de sensibilidade dos principais ativos financeiros:

Conta	Classificação (BCB 4.966)	Valor contábil	Variação considerada	Impacto estimado
Disponibilidades	Custo amortizado	1.164	±1% taxa de juros	Imaterial
Títulos públicos federais	VJORA	33.589	±100 bps taxa de juros	Imaterial

A análise apresentada não representa previsão de resultados futuros e está limitada às posições existentes na data-base das demonstrações contábeis, sendo elaborada exclusivamente para fins de divulgação contábil.

5. ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 30 de Junho de 2026, os saldos contabilizados em ativos fiscais correntes são compostos por tributos antecipados e tributos pagos a maior.



Os saldos referem-se principalmente a antecipações de IRPJ e CSLL, e recolhimentos a maior realizados em 2024, 2025 e 2026, o qual estamos atualizando Selic mensalmente e compensando tributos via Perdcomp.

A composição dos ativos fiscais correntes está disposta conforme abaixo:

	2026	2025
Saldo Negativo IRPJ Exercício Anterior	559	-
IRPJ Antecipado A Recolher	413	558
Saldo Negativo CSLL Exercício Anterior	253	-
CSLL Antecipado A Recolher	256	253
Pagamento a maior de tributos a compensar	39	140
Total	1.520	951

Os créditos tributários foram constituídos sobre adições temporárias, Prejuízo fiscal/ Base negativa e MTM sobre títulos disponíveis para venda.

O montante de créditos tributários em 30 de junho foi de R\$ 7.434.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão dispostos conforme abaixo:

	31/12/2025	Constituição	Reversão	30/06/2026
Provisão para-PLR funcionários	4.893	2.961	(4.893)	2.961
Provisão para pagamentos a efetuar	138	371	(138)	371
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	3.355	741	-	4.096
MTM Títulos disponíveis para venda	(1)	6	1	6
Total	8.384	4.079	(5.029)	7.434

	31/12/2024	Constituição	Reversão	30/06/2025
Provisão para-PLR funcionários	8.352	1.873	(8.352)	1.873
Provisão para pagamentos a efetuar	56	153	(56)	153
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	4.390	-	4.390
MTM Títulos disponíveis para venda	7	-	(7)	-
Total	8.415	6.416	(8.415)	6.416



	30/06/2026				
	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para PLR funcionários	7.402	7.402	1.851	1.110	2.961
Provisão para pagamentos a efetuar	928	928	232	139	371
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	10.239	10.239	2.560	1.536	4.096
MTM sobre Tit. Disp. p/Venda	15	15	4	2	6
Total			4.646	2.788	7.434

	31/12/2025				
	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para PLR funcionários	12.232	12.232	3.058	1.835	4.893
Provisão para pagamentos a efetuar	342	342	86	51	138
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	8.387	8.387	2.097	1.258	3.355
MTM sobre Tit. Disp. p/Venda	(2)	(2)	(1)	-	(1)
Total			5.240	3.144	8.384

Previsão de realização dos créditos tributários:

Em reais mil (R\$ mil)

Expectativa de realização do crédito tributário - 30/06/2026			
Exercícios	IRPJ	CSLL	Total
2026	2.401	1.441	3.842
2027	488	293	781
2028	474	284	758
2029	524	314	837
2030	760	456	1.215
Total	4.646	2.787	7.434

Em reais mil (R\$ mil)

Expectativa de realização do crédito tributário - 31/12/2025			
Exercícios	IRPJ	CSLL	Total
2026	2.843	1.706	4.548
2027	843	506	1.348
2028	593	356	948
2029	592	355	948
2030	370	222	591
Total	5.240	3.144	8.384



Em reais mil (R\$ mil)

Crédito Tributário a Valor Presente - 30/06/2026			
Exercícios	IRPJ	CSLL	Total
2026	2.246	1.348	3.594
2027	399	240	639
2028	339	204	543
2029	328	197	525
2030	416	250	666
Total	3.729	2.237	5.966

Em reais mil (R\$ mil)

Crédito Tributário a Valor Presente - 31/12/2025			
Exercícios	IRPJ	CSLL	Total
2026	2.458	1.475	3.933
2027	630	378	1.008
2028	383	230	613
2029	331	199	530
2030	179	107	286
Total	3.980	2.388	6.368

O valor presente do crédito tributário constituído em 30 de junho de 2026, considerando a expectativa de realização futura demonstrado no quadro anterior, e o juros Selic do mês de 1,12%.

6. OUTROS ATIVOS

Outros ativos totalizam o valor de R\$ 805 mil em 30 de junho de 2026 (em 31 de dezembro de 2025 o montante era R\$ 921 mil), sendo o principal valor compostos por R\$ 428 mil referentes à Despesas Antecipadas (R\$ 888 mil em 31 de dezembro de 2025) e R\$ 269 mil em Depósito em garantias (em 31 de dezembro de 2025 não possuía saldo).

7. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Composição e movimentação:

Composição	2026			2025	
	Taxa Anual	Custo de Aquisição (-) Baixas	Depreciações e amortizações acumuladas	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Imobilizado de uso		6.293	(4.446)	1.847	2.123
Bens móveis	10%	929	(615)	314	339
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	2.093	(1.268)	825	891
Equip. processamentos de dados	10%	294	(225)	69	93
Equip. de comunicação e segurança	10%	383	(255)	128	160

Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 30 de junho de 2026.
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Composição	2026			2025	
	Taxa Anual	Custo de Aquisição (-) Baixas	Depreciações e amortizações acumuladas	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Outros Equipamentos	20%	2.594	(2.083)	511	640
Intangível		829	(526)	303	31
Licenças e direito de uso	20%	829	(526)	303	31
TOTAL		7.122	(4.972)	2.150	2.154

(*) Conforme o prazo de locação do imóvel.

Movimentação		2025			2026	
Movimentação Imobilizado de uso		Saldo Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciações e amortizações	Saldo Líquido
		2.123	61	-	(337)	1.847
Bens móveis		339	-	-	(25)	314
Benfeitorias em imóveis de terceiros		891	-	-	(66)	825
Equip. processamentos de dados		93	-	-	(24)	69
Equip. de comunicação e segurança		160	-	-	(32)	128
Outros Equipamentos		640	61	-	(190)	511
Intangível		31	560	(560)	272	303
Licenças e direito de uso		31	560	(560)	272	303
TOTAL		2.154	621	(560)	(65)	2.150

Movimentação		2024			2025	
Imobilizado de uso		Saldo Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciações e amortizações	Saldo Líquido
		2.714	123	(20)	(339)	2.478
Bens móveis		392	-	-	(26)	366
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.023	-	-	(66)	957
Equip. processamentos de dados		140	-	-	(24)	116
Equip. de comunicação e segurança		211	10	-	(35)	195
Outros Equipamentos		948	104	-	(208)	844
Veículos		-	-	(20)	20	-
Intangível		73	560	-	(301)	332



Movimentação	2024				2025
	Saldo Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciações e amortizações	Saldo Líquido
Licenças e direito de uso	73	560	-	(301)	332
TOTAL	2.787	683	(20)	(640)	2.810

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 e não identificou a necessidade de constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.

A HPGM DTVM não possui contingência no semestre findo em 30 de junho de 2026.

8. PASSIVOS

a. Provisões e obrigações fiscais correntes:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. No semestre findo em 30 de junho de 2026, o montante de R\$ 962 (R\$ 1.807 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025) refere-se à impostos e contribuições a recolher. Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, a HPGM DTVM não possuía saldo de provisão de impostos e contribuições sobre os lucros.

b. Outros passivos:

	2026	2025
<i>Sociais e estatutárias</i>		
Gratificações e participações a pagar	7.402	12.232
<i>Diversas</i>		
Fornecedores nacionais a pagar	1.086	503
Provisões com despesas com pessoal	3.022	1.909
Credores diversos – país	323	33
TOTAL	11.833	14.677

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social:

Em 30 de junho de 2026, o capital social totaliza o montante de R\$ 30.500, dividido em 30.500 (trinta mil e quinhentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1 cada uma, totalmente subscritas e integralmente detidas pelo sócio **Hedgepoint Participações Financeiras Ltda.** A totalidade das quotas emitidas pela sociedade e subscritas encontram-se totalmente integralizadas nesta data, em moeda corrente nacional.



b. Reservas de lucros:

A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social.

A reserva estatutária é constituída pelo valor do lucro líquido subtraído da constituição de reserva legal no final do exercício.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o saldo de reserva legal era R\$ 116 mil (mesmo saldo em 31 de dezembro de 2025); e o saldo de reserva estatutária era R\$ 2.211 mil (R\$ 2.374 mil em 31 de dezembro de 2025).

Até a data desta demonstração, a HPGM DTVM não distribuiu nenhum dividendo aos acionistas.

10. RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o montante de R\$ 2.221 mil (R\$ 2.460 mil em 2025) refere-se à renda LFT com vencimento em 01 de setembro de 2026 e vencimento em 01 de setembro de 2029.

11. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 30 de junho de 2026, o saldo de R\$ 24.601 mil (R\$ 28.120 mil em 2025) refere-se à receita de prestação de serviços com partes relacionadas; e à prestação de serviço de intermediação de operações financeiras a terceiros.

a. Transação com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis às praticadas pelos mercados vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações. Refere-se à receita de prestação de serviços com a Hedgepoint Switzerland Ltd. (Hedgepoint Schweiz AG) no montante de R\$ 24.601 mil em 30 de junho de 2026 (R\$ 28.120 mil em 2025).

A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração por serviços de empregados somados aos encargos e benefícios totalizaram no montante de R\$ 1.836 mil em 30 de junho de 2026 (R\$ 2.134 mil em 2025).



12. DESPESAS DE PESSOAL

	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
Proventos	12.436	10.129
Benefícios	1.503	1.563
Encargos sociais	2.864	2.964
Bolsa Estágio, Cursos e Treinamentos	100	263
TOTAL	16.903	14.919

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
Despesas com tecnologia*	2.597	2.945
Viagens	1.395	947
Depreciação e amortização	625	660
Serviços técnicos especializados	590	1.473
Escritório físico	502	501
Eventos	256	460
Serviços do sistema financeiro	181	207
Serviços de terceiros	106	280
Comunicações	64	171
Publicidade	33	622
Seguros	28	62
Outras	158	608
TOTAL	6.535	8.936

* Despesas com tecnologia composto principalmente por serviços de informação de mercado, sistemas suportes para atendimento regulatório.

14. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
Impostos sobre operações financeiras - IOF	34	19
Impostos sobre serviços - ISS	1.230	1.406
Cofins	89	98
PIS	14	16
Total	1.367	1.539

15. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
Prejuízo com títulos de renda fixa	(3)	(5)
Reversão de provisão	-	139
Despesas não dedutíveis	(11)	(127)
Lucros na alienação de outros valores e bens	-	115
Variação Monetária	3	(4)
TOTAL	(11)	118



16. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

A HPGM DTVM não teve movimentação de despesa nas contas de resultado não recorrentes nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a. Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

Apuração de Imposto de renda e contribuição social	1º Semestre 2026		1º Semestre 2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	Em reais mil (R\$ mil)			
Resultado antes da tributação sobre o lucro (i)	2.006	2.006	5.304	5.304
Base de cálculo	2.006	2.006	5.304	5.304
Adições/(exclusões):				
Permanentes:				
Despesas Não Dedutíveis	35	35	599	599
Brindes	30	30	15	15
Gratificações a Diretores e Administradores	320	320	801	801
Bônus de Contratação	-	-	-	-
Temporárias:				
Despesas provisão PLR empregados	(4.830)	(4.830)	(16.718)	(16.718)
Despesas provisão diversas	586	586	243	243
Lucro Real	(1.852)	(1.852)	(9.756)	(9.756)
Encargos de IRPJ & CSLL Corrente	-	-	-	-
Encargos de IRPJ & CSLL - Prejuízo Fiscal e Base Negativa	463	278	2.439	1.951
Encargos de IRPJ & CSLL Diferido	(1.061)	(637)	(4.119)	(2.263)
Total	(598)	(359)	(1.680)	(312)

	6/30/2026			6/30/2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	463	278	741	2.439	1.951	4.390
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	-	-	-
Constituição de créditos tributários	(1.061)	(637)	(1.698)	(4.119)	(2.263)	(6.382)
TOTAL	(598)	(359)	(957)	(1.680)	(312)	(1.992)



b. Origem dos créditos tributários:

Créditos tributários	Semestre 2026		Semestre 2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social sobre:				
Provisão para bônus funcionários	(1.208)	(725)	(4.179)	(2.299)
Provisão para pagamentos a efetuar	147	88	61	36
Prejuízo fiscal e base negativa	463	278	2.439	1.951
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	(598)	(359)	(1.680)	(312)

18. COMPLIANCE E PLD/FT

A HPGM DTVM encontra-se consoante às práticas de governança corporativa e com o escopo de proteger a Instituição, vem disseminando a cultura de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, através de políticas e procedimentos, que visam assegurar um completo e eficaz conhecimento e monitoramento dos clientes e de suas operações. A presente política visa estabelecer critérios e medidas para: assegurar a conformidade com a legislação vigente (Lei nº 9.613/98 alterada pela Lei nº 12.683/12) e demais normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM); colaborar com as autoridades no combate ao crime organizado; e implementar em todos os níveis hierárquicos da HPGM DTVM procedimentos eficazes que visem à prevenção à lavagem, ocultação de bens, direitos e valores.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

GIR (Gestão Integrada de Riscos):

A Resolução BCB nº 265/22 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos integrada e estrutura de gestão de capital conforme segue:

a. Gestão de risco operacional:

O risco operacional caracteriza-se pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas. A estrutura de gerenciamento do risco operacional da HPGM DTVM tem como objetivo assegurar que as políticas e os procedimentos relacionados à gestão desse risco estejam permanentemente atualizados e adequados à sua finalidade, incluindo a disponibilização de treinamentos que garantam seu correto entendimento e aplicação. A área de Risco acompanha, de forma independente, a implementação da estrutura de gestão do risco operacional pela primeira linha de defesa, por meio da análise de eventos, pontos de atenção, indicadores e demais informações relevantes, reportando os resultados à alta administração e às demais partes interessadas



internas e externas. Ademais, coordena e facilita a execução das autoavaliações de riscos e controles, atuando como segunda linha de defesa na avaliação do desenho e da efetividade dos controles internos associados ao risco operacional, bem como no acompanhamento e monitoramento dos respectivos planos de ação. Compete, ainda, à área de Risco coordenar a estrutura de gestão de continuidade de negócios da HPGM, assegurando a manutenção de políticas, diretrizes e metodologias devidamente atualizadas

b. Gestão de risco de mercado:

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos por uma instituição financeira, incluindo o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities). A estrutura de gerenciamento de risco de mercado implementada atua em linha com a estratégia e o modelo de negócios da **HPGM DTVM**, sendo é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos, a relevância de exposição a riscos, e com a importância sistêmica da Instituição. O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação. A Política de Gestão de Riscos estabelece conceitos e controles para operações que poderão ou não fazer parte da carteira da **HPGM DTVM** à época de sua publicação. Estes conceitos deverão ser seguidos caso a Instituição opte por iniciar operações de risco que necessitem destes controles. Os limites operacionais serão definidos no Comitê de Risco de acordo com o apetite de risco definida pela Diretoria Executiva. Todas as operações financeiras da **HPGM DTVM** fazem parte do escopo do gerenciamento de risco de mercado.

c. Gestão de risco de liquidez:

O risco de liquidez é a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados, garantindo que o nível de risco de liquidez esteja dentro do apetite aos riscos e dos limites operacionais estabelecidos. O gerenciamento de liquidez implementado atua em linha com estratégia e o modelo de negócios da **HPGM DTVM**, e é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos, a relevância de exposição a riscos, e com a importância sistêmica da Instituição. A **HPGM DTVM** mantém um nível adequado de liquidez a todo o momento, trabalhando sempre com um limite mínimo de caixa. Isso é feito através de um gerenciamento compatível e consistente com sua capacidade de captação de recursos no mercado, e com suas metas orçamentárias de evolução do volume de seus ativos.



d. Gestão de risco de crédito:

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contratos de crédito decorrente da deterioração da classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às concessões realizadas em processos de renegociação e aos custos de recuperação. O gerenciamento do risco de crédito da **HPGM DTVM** tem por objetivo identificar e mensurar os riscos de crédito e de contraparte, por meio da análise de clientes com ou sem limites de crédito previamente estabelecidos, bem como da avaliação de suas estruturas de garantias e/ou fontes de repagamento. Avalia, de forma prévia, o risco de crédito associado a novos produtos e/ou serviços, a alterações significativas em produtos e/ou serviços existentes ou a mudanças no modelo de negócios da Instituição. Adicionalmente, identifica e mensura o risco de contraparte por meio da análise de emissores de títulos privados e/ou de clientes para abertura de novas contas, considerando, igualmente, suas estruturas de garantias e/ou fontes de repagamento. O gerenciamento do risco de crédito contempla, ainda, o monitoramento e o reporte das exposições de crédito de clientes e contrapartes, bem como do desempenho das chamadas de margem realizadas junto aos clientes, além da elaboração e divulgação de relatórios destinados a subsidiar a tomada de decisão específica relacionada ao risco de crédito. Por fim, estabelece a capacidade financeira das contrapartes com base em análises patrimoniais, financeiras e qualitativas, definindo as garantias por operação e produto, a classificação de risco correspondente e submetendo tais avaliações à aprovação do Comitê competente.

e. Risco social, ambiental e climático:

A Resolução nº 4.945/21 do CMN estabelece as diretrizes a serem seguidas na implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). O Gerenciamento do Risco Socioambiental e Climático na **HPGM DTVM** tem por objetivos principais: cumprir todas as leis, regulamentos e padrões relevantes estabelecidos pelos reguladores financeiros e de outros setores; desenvolver estratégias, procedimentos e sistemas oportunos para identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental e climático, visando manter sua exposição dentro das tolerâncias pré-estabelecidas na Declaração de Appetite de Risco da **HPGM DTVM**; incorporar valores de responsabilidade socioambiental e climática nas decisões de gestão; revisar e melhorar continuamente a Política Interna de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática para garantir que ela esteja acompanhando os padrões reconhecidos no setor financeiro.

f. Gestão de capital:

Em atendimento às exigências do Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 265/2022, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e aderência às melhores práticas do mercado, sobretudo aos conceitos definidos pelo Comitê da Basileia, **HPGM DTVM** estabelece, por meio da Política de Gerenciamento de Capital, os princípios e diretrizes para o gerenciamento do capital da Instituição.



A estrutura de gerenciamento de capital da **HPGM DTVM** é composta pelos seguintes elementos: políticas e procedimentos Internos para o gerenciamento de capital da Instituição; área responsável pelo monitoramento, controle, avaliação de necessidade de capital e planejamento de metas, composta por profissionais experientes e qualificados que tenham acesso regular a capacitação e treinamento para fins do gerenciamento de capital; diretor de Riscos e Diretor de Finanças como autoridades decisórias no dia a dia; Conselho e Comitê Executivo da DTVM como órgãos decisórios estratégicos; atividades de Gerenciamento de Capital realizadas pela Controladoria, de forma específica e segregada das demais áreas, garantindo a segregação de funções e adequando o gerenciamento à complexidade e as características das operações da **HPGM DTVM**. A Estrutura de Gerenciamento de Capital visa atender determinações dos órgãos reguladores adotando mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência (PR), assegurando um nível de capital compatível com os riscos incorridos pela Instituição.

Em junho de 2026, o Patrimônio de Referência (PR) para o limite de Basileia do Conglomerado Prudencial ficou em R\$ 29.384. Em dezembro de 2025, o PR fechou em R\$ 27.357. O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial para a data base de junho de 2026 ficou em 22,02%. Em dezembro de 2025, o Índice de Basileia fechou em 18,74%. O Índice de Imobilização do Conglomerado Prudencial para esta data base ficou em 7,24%. Em dezembro de 2025, o Índice de Imobilização fechou em 7,76%.

20. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis da HPGM DTVM não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, a HPGM DTVM realizou uma análise de sensibilidade dos valores contábeis e concluiu que, devido à natureza de suas operações, não há expectativa de variações materiais nos valores dos ativos e passivos em função dos riscos de mercado, como taxas de câmbio e juros. O gerenciamento de risco da HPGM DTVM está alinhado com a estratégia e o modelo de negócios da instituição, sendo compatível com a complexidade dos produtos, a relevância das exposições aos riscos e sua importância sistêmica.



21. OUVIDORIA

O canal de Ouvidoria está plenamente implementado, através de canal próprio de discagem direta gratuita (DDG) **0800-878-8408**.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reforma Tributária: Considerando o cronograma de implementação gradual do novo sistema tributário, que prevê o início da substituição do PIS e da Cofins pela CBS a partir de 2027, bem como a substituição progressiva do ICMS e do ISS pelo IBS ao longo do período de transição até 2033, a Hedgepoint vem acompanhando a evolução da legislação e realizando análises internas com o objetivo de avaliar possíveis impactos da reforma em suas operações, bem como identificar as atividades que poderão ser afetadas pelas novas regras. Essas análises fazem parte do processo de preparação da Hedgepoint para a adaptação ao novo modelo tributário, em linha com o cronograma estabelecido na legislação, cuja implementação integral está prevista para 2033. Até o momento, não foram identificados efeitos que demandem ajustes nas demonstrações contábeis, tampouco é possível mensurar de forma confiável eventuais impactos futuros decorrentes da implementação da reforma tributária.

Os administradores declaram inexistência de fatos subsequentes ocorridos à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da HPGM DTVM ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

PATRICIA
VILLAS BOAS
AMARO:180839
84833

Digitally signed by
PATRICIA VILLAS BOAS
AMARO:18083984833
Date: 2026.08.28
19:59:46 -03'00'

PATRICIA AMARO

Diretora Financeira

KATIA
NAKASHIMA:363
05841870

Digitally signed by KATIA
NAKASHIMA:36305841870
Date: 2026.08.28 19:39:04
-03'00'

KATIA NAKASHIMA

Contadora CRC – 1SP 301654/O-0

Hedgepoint>>

GLOBAL MARKETS

